

A articulação dos empresários

por José Casado
de São Paulo

Diante de um auditório lotado por 100 industriais, o convidado lançou um desafio: "Que levante a mão aquele que nunca financiou ou nunca ajudou financeiramente a eleição de um político". O silêncio foi total.

O orador continuou: "Agora eu quero que levante a mão aquele, entre vocês empresários, que algum dia, de alguma forma, cobrou a ajuda que deu ao político eleito". Novamente, ninguém mexeu os braços. "E assim mesmo, apoiamos e nunca cobramos. E a mesma coisa que fazer uma compra e não pedir recibo; tem de haver afinidade ideológica", arrematou.

Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), falava para industriais gaúchos, na sede da federação local, em Porto Alegre.

Aconteceu há três semanas e desde então cresceu muito, no âmbito das entidades ligadas à Confederação Nacional da Indústria (CNI), o debate sobre a necessidade de os empresários apoiarem candidatos afinados com a ideologia capitalista na Constituinte de 1987. A idéia que ganha corpo nas federações é a do lançamento de candidaturas de empresários, integrantes dos quadros dirigentes das próprias entidades.

Não é nada absolutamente novo: já aconteceu em 1934, quando a então Confederação Brasileira das Associações Industriais se mobilizou para eleger representantes à Constituinte. Essa entidade, pouco depois, transformou-se na CNI, dentro dos parâmetros de uma legislação trabalhista que o Estado Novo criou e os industriais imediatamente apoiaram.

Agora as motivações voltaram: "Estamos preocupados com a possibilidade de ascensão dos radicais estatizantes na Constituinte



Paulo Vellinho

de 1987 e, sendo assim, temos de encontrar meios de defender a livre iniciativa", justifica o senador Albano do Prado Franco (PFL-SE), presidente da CNI. Ele admite estar em curso uma ação coordenada com o objetivo de eleger empresários saídos dos quadros das federações de indústrias para o plenário que se encarregará da elaboração da Nova Carta.

Ainda não se chegou a uma estratégia definitiva, segundo Franco. Porém, o debate existe. Candidaturas potenciais estão sendo examinadas, como a de Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho, Arthur João Donato (Rio de Janeiro) e do próprio Albano Franco (Sergipe), "entre dezenas de outros".

"Os empresários sempre tiveram liberdade para financiar campanhas de seus candidatos, de maneira isolada, o que é natural", lembrou Paulo Vellinho, presidente do grupo Springer e diretor da CNI, em conversa com o repórter Luiz Americano, em Porto Alegre. "Todos os segmentos da sociedade devem ter seu representante, e por que os empresários não poderiam apontar os seus?", indaga.

Outras entidades, do comércio, da agricultura e das finanças, estão demonstrando simpatia e aderindo ao debate. Um dos pontos polêmicos é a constituição de um fundo único para financiarem os candidatos.

"Regras de jogo transparentes"

por Luiz Americano
de Porto Alegre

O presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), César Rogério Valente, sustenta que não tem o menor fundamento as declarações do deputado pernambucano Maurílio Ferreira Lima (PMDB), de que os empresários estariam formando uma "caixinha" para financiar candidatos na Assembléia Constituinte. Valente afirmou a este jornal que os empresários defendem, isto sim, a "transparência das regras do jogo". "Queremos uma regulamentação, pelo Congresso Nacional, da utilização de recursos nas campanhas eleitorais." "É inadmissível que o Brasil, tendo atingido a sua normalidade democrática, continue ignorando legalmente o uso

de recursos financeiros para pagamento de despesas naturais de uma campanha política", argumenta o presidente da Federasul. O empresário defende uma legislação que possibilite às pessoas físicas destinar recursos de seus salários ou rendas para colaborar com partidos políticos que representem seu pensamento ideológico, tendo isenção tributária. As empresas e os sindicatos, ou outras entidades legais, poderiam destinar recursos de seu lucro final, abatidos como despesa, para apoio de representantes.

O presidente da Federasul estranha as declarações do deputado pernambucano e admite que o empresariado deva exercer um "lobby" no Parlamento para defender suas posições. "O que não é novidade nas sociedades de regime democrático", lembra.

ANC 88
Pasta Jun/85
079/1985